

Cómo citar este artículo:

Guazzelli, A., Adriano, A. L., Costa, M. B., Duriguetto, M. L., Batistoni, M. R., Maia, S. M. (2024). A relação do Serviço Social com as lutas sociais no Brasil nas décadas de 1970-1990: um esforço coletivo de investigação sobre a questão da natureza da dimensão ético-política profissional *Revista Eleuthera*, 26(2), 13-28. <http://doi.org/10.17151/eleu.2024.26.2.2>

A relação do Serviço Social com as lutas sociais no Brasil nas décadas de 1970-1990: um esforço coletivo de investigação sobre a questão da natureza da dimensão ético-política profissional

ELEUTHERA

A relation of Social Service as social struggles in Brazil in the decades of 1970-1990: a collective research effort on the question of the nature of the ethical-political professional dimension

AMANDA GUAZZELLI*

ANA LÍVIA ADRIANO**

MARIA BEATRIZ COSTA ABRAMIDES***

MARIA LÚCIA DURIGUETTO****

MARIA ROSÂNGELA BATISTONI*****

SUSANA MARIA MAIA*****

Resumen

El artículo presenta los presupuestos históricos y teórico-metodológicos de una propuesta de investigación, me andamento, sobre la naturaleza de la dimensión ideopolítica y de la peculiaridad de la filosofía praxis no proceso de desarrollo y consolidación del proyecto ético-político del Servicio Social. Nesa dirección, son explicitados elementos que conformaron la naturaleza de la dimensión ideo-política no Movimento de Reconceituación y la peculiaridad de su caracterización en realidade brasileira no decurrir las décadas de 1970 y 1980.

* Doutora em Serviço Social, professora do Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF-Campos), Brasil. <https://lattes.cnpq.br/5335042351502046>, amandaguazzelli@id.uff.br.

 orcid.org/0000-0001-6832-0383.

** Doutora em Serviço Social, professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS-UFF), Brasil, <https://lattes.cnpq.br/9287063759916565>, analivia@id.uff.br.

 orcid.org/0000-0002-8061-5114.

*** Doutora em Serviço Social com pós-doutoramento pelo Instituto de História Contemporânea-IHC da Universidade Nova de Lisboa-UNL-Portugal, professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil, <http://lattes.cnpq.br/2931326982352100>; mabramides@puccsp.br; Bolsista Cnpq PQ2

 orcid.org/0000-0001-6347-8624.

**** Doutora em Serviço Social com pós-doutoramento em Teoria Política na Universidade da Calábria (Itália), professora titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS-UFJF), Brasil, <http://lattes.cnpq.br/0944692796969354>; maluduriguetto@gmail.com. Bolsista Cnpq PQ2.

 orcid.org/0000-0001-5800-7289.

***** Doutora em Serviço Social, com pós-doutoramento em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro(UERJ), docente aposentada da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Brasil; <http://lattes.cnpq.br/6583534535303850>; rosangelabatistoni@gmail.com.br

 orcid.org/0000-0002-6859-8243.

***** Doutora em Serviço Social, professora do Curso de Graduação em Serviço Social do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense (UFF-PURO), Brasil, <http://lattes.cnpq.br/0032754877889877>; smmaia@id.uff.br

 orcid.org/0000-0002-8902-8290.



Explicitamos, aquí, los procesos que constituyeron a los procesos que constituyeron posibilitaron la contestación del conservadorismo y la edificación del proyecto ético-político del Servicio Social brasileño - procesos esos que expresamos o desarrollo de estudio bibliográfico y documental emprendido atendido o momento por las autoras, tratándose, portanto, de la presentación parcial dos resultados de la investigación. Este contexto, son demarcados los ejes analíticos de la propuesta de investigación en tela, que seamos: 1. la naturaleza de la dimensión ídeo-política de la profissão abordada en la relación entre lucha de clase/projetos societários de las clases subalternas y proyectos profissionais. sociopolíticas que atravessaban a relación aludida, demarcando como especial atención hueso acúmulos teóricos e ideopolíticos que os fundamentam.

Palabras clave: Movimiento de Reconceptualización; Proyecto ético-político; Dimensión ideopolítica; Filosofía de la praxis

Abstract

The article presents the historical and theoretical-methodological assumptions of an ongoing research proposal on the nature of the ideopolitical dimension and the particularity of the praxis philosophy in the process of development and consolidation of the ethical-political project of Brazilian Social Service. In this sense, elements that shaped the nature of the ideological-political dimension in the Reconceptualization Movement and the particularity of its characterization in the Brazilian reality during the 1970s and 1980s are explained. We explain, here, the processes that constituted the socio-political bases that made it possible to challenge conservatism and build the ethical-political project of Brazilian Social Service - processes that express the development of bibliographic and documentary studies undertaken so far by the authors, therefore dealing with a partial presentation of the results of the investigation . In this context, the analytical axes of the research proposal on screen are demarcated, namely: 1. the nature of the ideo-political dimension of the profession addressed in the relationship between class struggle/societal projects of the subordinate classes and professional projects and 2. the bases sociopolitical aspects that permeate the aforementioned relationship, demarcating with special attention the theoretical and ideopolitical accumulations that underlie them.

Key words: Reconceptualization Movement; Ethical-political project; Ideo-political dimension; Philosophy of praxis

Introdução

A relação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas ganha contornos significativos a partir dos anos finais da década de 1960 com o chamado Movimento de

Reconceituação latino-americano¹. Na busca da apreensão desta relação foi realizada uma investigação sobre a relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais na Argentina e no Chile no período de 1960-1980, no âmbito do projeto coletivo de pesquisa “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”².

A pesquisa realizada elaborou análises que objetivaram reconstruir o vínculo político e profissional entre segmentos profissionais do Serviço Social e as lutas sociais no âmbito da formação e do exercício profissional. Partiu-se da premissa de que uma condição central para esta relação foi o desenvolvimento de conflitos de classes que seguiram as tendências anticapitalistas desenvolvidas em outras partes do mundo, como os movimentos de libertação nacional e descolonização na África e, na América Latina, a revolução cubana (Lowy, 2006). Tais conflitos se potencializaram nas particularidades dos tempos sócio-históricos das diferentes formações econômico-sociais em meio à conjuntura internacional de uma “contrarrevolução preventiva generalizada” (Fernandes, 2011, p. 75), no contexto macrossocial de virada de uma onda longa expansiva a uma onda longa recessiva na base econômica do sistema capitalista (Mandel, 1985). É nessa conjuntura de efervescência social que segmentos de vanguarda da categoria passam a repensar a função da profissão em face das contradições sociais e se sintonizam com o universo das lutas e das demandas dos trabalhadores³, atuando na direção de minar as bases tradicionais da profissão na sua dimensão teórico-metodológica, organizativa e interventiva. Desse modo, possibilitou o investimento na dimensão ideo-política da profissão, por meio da atuação em processos de formação de consciência e de pertencimento de classe; ensinou a busca por uma maior qualificação e uma formação profissional mais rigorosa e atenta às realidades nacionais e da necessidade de pensar as particularidades latino-americanas nos marcos da dominação imperialista. Os novos fundamentos teórico-metodológicos, advindos da tradição marxista e de uma literatura crítica das Ciências Sociais⁴, informaram

¹ A relação do Serviço Social com os conflitos sociais de classe e os segmentos subalternos organizados atravessa a profissão desde a sua gênese, ainda que esta relação fosse permeada pelo controle do seu cotidiano, a reprodução da dominação e o apaziguamento desses sujeitos (Cf. Iamamoto; Carvalho, 1986; Netto, 1991; Montaña, 1998). Essa relação começa a ser objeto de críticas sistemáticas com o processo de Reconceituação, que demarcou a erosão das bases do “Serviço Social tradicional”, entendido como “prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da ‘questão social’ sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como dado factual ineliminável” (Netto, 2005, p.6).

² Pesquisa que envolveu uma ampla rede de pesquisadores de universidades brasileiras, latino-americanas e europeias, coordenada pelas professoras Marilda V. Iamamoto e Cláudia M. dos Santos, concluída em 2020. O desenvolvimento das reflexões da relação do Serviço Social com as lutas sociais na realidade chilena e argentina podem ser consultados em Panez, A; Marro, K e Duriguetto, Ma. et al (2017); e Panez, A; Moljo, C e Silva, J. et al (2023).

³ A presença de um universo organizativo da classe trabalhadora, das políticas e das ações implementadas durante o governo da Unidade Popular no Chile e, na Argentina, a presença contudente de espaços e territórios de organização, particularmente na primeira metade da década de 1970, constituíram a condição política *central* para o desenvolvimento da ruptura profissional com os construtos teórico-práticos que localizavam a profissão na órbita do conservadorismo.

⁴ Importância destacada ao debate das experiências de educação popular e formação de consciência produzidas pelo educador brasileiro Paulo Freire.

a leitura e a produção de conhecimento da realidade, com nítidas clivagens no âmbito da formação profissional – que se expressou nas disciplinas curriculares e seus conteúdos; nas práticas extensionistas e de estágio – e nas ações profissionais de segmentos da categoria. Tais constructos instauram um componente inédito nas elaborações profissionais: a preocupação com o vínculo orgânico entre reflexão teórica e ação política.

Desse modo, esses aportes teóricos ensejaram, em segmentos profissionais, uma atenção pelo conhecimento dos indivíduos sociais, já não considerados como meros “usuários individuais”, mas pelos seus vínculos políticos de classe que ganham contornos organizativos e que consubstanciam projetos societários anticapitalistas nos marcos conjunturais das décadas de 1960 a 1980. Essa compreensão direciona o exercício profissional para uma inserção no cotidiano de vida, trabalho e organização dos “setores populares”, expresso - na expressão empregada na época - como “trabalho de base”. Neste contexto, se destaca uma forte explicitação da dimensão ideo-política da profissão, em que o trabalho profissional é considerado parte das estratégias de capacitação para a formação da consciência de classe e para o desenvolvimento dos processos de organização dos “setores populares”. É em decorrência da ênfase na dimensão ideo-política da profissão que é possível constatar, também, uma certa superestimação desta dimensão, presente em uma visão messiânica e voluntarista do trabalho profissional. Podemos notar essa superestimação, especialmente, nas concepções do assistente social como “capacitador”, “educador popular”, tendo a função de oferecer instrumentos ideológicos e técnicos para que os/as trabalhadores/as pudessem desempenhar o papel de “agentes da transformação social”.

Atravessadas por estas preocupações, apresentamos os dois eixos que compõem nosso percurso investigativo sobre a *relação do Serviço Social com as lutas sociais no Brasil nas décadas de 1970-1990*, quais sejam: i) reflexão sobre a natureza da dimensão ético-político profissional e ii) as bases sócio-políticas e teórico-metodológicas que atribuem sustentação à relação acima aludida. Ambos estão permeados pela interlocução com a *filosofia da práxis*, cujos fundamentos teóricos e políticos propiciaram, no interior das elaborações profissionais, acúmulos sustentadores do projeto profissional, denominado de ético-político. Nesse sentido, é importante demarcar a natureza coletiva das reflexões aqui expostas.

1. A relação do Serviço Social com as lutas sociais no Brasil nas décadas de 1970-1990: reflexões sobre a questão da natureza da dimensão ético-política profissional⁵

Este eixo de investigação tem como premissa reflexiva que a relação de segmentos profissionais com as lutas e movimentos sociais na conjuntura da década de 1970 e 1980, como anteriormente explicitamos, teve suas determinações no tensionamento dos conflitos de classe e na vinculação daqueles segmentos aos projetos societários das classes subalternas. Essa vinculação se efetivou por meio de participação dos segmentos profissionais em movimentos sociais, sindicais e organizações partidárias que atuavam como instâncias mediadoras entre estes projetos societários e os projetos profissionais em disputa⁶. *É nestas apreensões que focaremos a questão da natureza da dimensão ídeo-política da profissão. A realização de reflexões acerca da natureza ídeo-política da profissão terá como fundamento teórico-metodológico a relação entre lutas de classe/projetos societários das classes subalternas e projetos profissionais. Os primeiros serão apreendidos por meio das mediações organizativas (organização sindical, oposições operárias, partidos de esquerda e movimentos sociais) desenvolvidos no processar do período histórico dos anos 1970-1980 aos quais segmentos profissionais tiveram vínculos pela militância/participação e que, por mediações sócio-ocupacionais e acadêmicas (trabalho profissional/experiências de estágio/extensão), desenvolveram ações profissionais de apoio aos processos de mobilização e de organização popular, impactando a dinâmica interna da profissão na direção da ruptura com o conservadorismo. Em outras palavras, nosso foco é apreender as características das relações e articulações de segmentos profissionais - seja pela via do trabalho profissional, seja pela realização de experiências de estágio e de extensão das unidades de ensino de formação em Serviço Social - com as organizações, movimentos e processos de mobilização e organização popular. A natureza da dimensão ídeo-política será analisada a partir das mediações entre a luta de classe/projeto societário e experiências de organização/militância de segmentos profissionais e seus rebatimentos no trabalho profissional, projetos de extensão/estágio nos processos de mobilização e organização popular.*

⁵ Subprojeto conduzido por Maria Beatriz C. Abramides (PUC/SP), Maria Lúcia Duriguetto (UFJF); Maria Rosângela Batistoni (UNIFESP); Susana Maria Maia (UFF/Rio das Ostras).

⁶ Segundo Netto (1999), os projetos societários são projetos macroscópicos de classe, que envolvem necessariamente uma dimensão política. [...] Todavia [...] na ordem do capital, por razões econômico-sociais e culturais, mesmo num quadro de democracia política, os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes". Já os projetos profissionais "apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (1999, p. 95). E conclui, [...] os projetos profissionais também têm inelimináveis dimensões políticas, seja no sentido amplo (referido às suas relações com os projetos societários), seja em sentido estrito (referido às perspectivas particulares da profissão). Porém, nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando apontam para direções conservadoras ou reacionárias".

As regiões do país definidas para a realização da pesquisa bibliográfica e documental são as cidades de São Paulo (SP), a de Belo Horizonte (MG) e a de Juiz de Fora (MG). A problemática da relação de segmentos profissionais com as lutas, organizações e movimentos sociais é investigada por meio de pesquisa bibliográfica e documental nos cursos de Serviço Social da PUC-SP; PUC-MG e UFJF (Teses e dissertações; Trabalhos de Conclusão de Curso; Relatórios de estágio e de ações extensionistas); em centros de pesquisa, documentação e memória. O foco é identificar, sistematizar e analisar as formas, os conteúdos e os termos das relações estabelecidas por segmentos profissionais com as lutas, movimentos e organizações dos trabalhadores. Na pesquisa de campo serão realizadas entrevistas com os segmentos profissionais que tenham desenvolvido relações e ações profissionais junto às organizações, movimentos e lutas sociais, bem como sobre suas militâncias em organizações e movimentos.

Recorrendo à vinculação orgânica do Serviço Social com a história, evidenciamos na particularidade da formação econômico-social brasileira, a temporalidade histórica do projeto reconceituador, que se efetiva entre os anos de 1970-1973, na proposta da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte da então Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), conhecida como “Método BH”. Nessa experiência, se desenvolve uma original proposta de formação profissional que inaugurou os processos de *ruptura* com os marcos do tradicionalismo na profissão no Brasil. Suas formulações assentaram-se nas primeiras aproximações aos aportes da tradição marxista e da interlocução com outras áreas do conhecimento, aliadas à perspectiva do compromisso com os interesses e lutas das classes subalternas. Constituiu-se em um núcleo de *oposição e contestação* com dimensões políticas, ideológicas e profissionais no país, na contextualidade da vigência da ditadura empresarial-militar (1964-1985). Nas bases sociopolíticas e culturais do projeto da ESS/UCMG, situa-se a dinâmica conjuntural no período de 1964 a 1968, com marcantes contestações antiditatoriais das forças populares democráticas. No contexto histórico gerador de alguns dos vetores que conjugaram para a emergência do projeto da Escola mineira, destacando-se as lutas operárias, sindicais e populares expressivas na região, com enraizamento orgânico de grupos de esquerda de referências socialistas e marxistas e a atuação de segmentos da esquerda católica (JUC/Juventude Universitária Católica) no interior do movimento estudantil. Ressalte-se que docentes e discentes da Escola possuíam vínculos com estas lutas e práticas, demarcando uma linha de força que, além da politização e democratização dos processos educacionais, traziam, também, as experiências do trabalho de comunidade, educação e cultura popular sob influência da pedagogia de Paulo Freire encampadas pela Escola desde os anos anteriores ao golpe militar.

A proposta alternativa formulada pela equipe docente da Escola de Belo Horizonte ocorreu sob cerceamentos, com a universidade brasileira já nos moldes das reformas implementadas pela ditadura. Neste contexto, a concepção inédita globalizadora da proposta sustentava-se na articulação do ensino teórico-prático à pesquisa, articuladas no “contato com a realidade” por meio de programas de investigação, estudo e ação profissional. A experimentação das

elaborações teórico-metodológicas foi conduzida através da prática de extensão – constituídas em campos de estágio – em regiões industriais e mineradoras onde havia ações pastorais católicas progressistas, governos locais participativos e democráticos. Neste contexto, as experiências de estágio enfatizavam o resgate de práticas comunitárias e associativas, trabalhos de base e educação popular. O Serviço Social brasileiro se defrontará com o legado da proposta reconceituada da Escola na segunda metade da década de 1970 em meio à reinserção da classe trabalhadora nas lutas pela democratização da sociedade e do Estado⁷.

É a partir da segunda metade da década de 1970 e no decorrer da década de 1980 que a relação de segmentos profissionais com as organizações, movimentos e projetos societários das classes subalternas se substantiva de forma mais orgânica, possibilitada por determinações sócio conjunturais das quais destacam-se a *reinserção da classe operária no cenário político nacional e o desenvolvimento de variados processos de mobilização e organização popular*. Nesse marco conjuntural se expressa a emergência do chamado “novo sindicalismo” e sua culminância na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983⁸. O movimento sindical repõe a dinâmica política da luta de classes a partir do universo fabril e outros locais de trabalho, catalisando as demandas econômico-sociais dos movimentos sociais emergentes neste período (movimentos de bairro com lutas por serviços de saúde, creches; regularização de loteamentos clandestinos, habitação, transportes coletivos; contra a carestia; organizações corporativo-profissionais de luta pela redemocratização, movimento dos trabalhadores sem-terra, feministas, estudantil, étnico-raciais, entre outros), nos processos de alavancagem da derruição do regime autocrático-burguês (Netto, 2009, p. 25).

Neste contexto, segmentos profissionais do Serviço Social iniciaram um processo de reorganização e/ou reativação das entidades sindicais e pré-sindicais da profissão, criando a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), com o objetivo de inserir a profissão nas lutas do movimento sindical mais geral como a questão salarial, condições de trabalho e emprego; e o encaminhamento de lutas específicas, com destaque para o salário mínimo profissional.

Foi em meio a este contexto de organização de assistentes sociais, *como trabalhadores e com os trabalhadores*, que se desenvolveram *experiências de trabalho profissional com as lutas sociais nos espaços sócio-ocupacionais* em que segmentos profissionais passaram a defrontar-se com as demandas por políticas e direitos advindas das lutas dos movimentos sociais e sindicais ativos naquele contexto, o que colocou novas demandas para a ação profissional na direção de contribuir e apoiar essas lutas e de fomentar e induzir uma presença ativa das organizações

⁷ Ultrapassa os objetivos do artigo apresentar uma análise sobre o projeto da Escola de BH. Aqui são apenas demarcados alguns elementos evidenciados naquela experiência, que trouxe como marca a imprescindível relação entre o Serviço Social e as lutas e práticas sociais das classes subalternas (Batistoni, 2019; 2021).

⁸ É esta reinserção que também demarca, no campo partidário, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980.

populares nos processos de gestão e operacionalização das políticas sociais, bem como nas resistências pela retirada de direitos.

Este processo organizativo-sindical e de relação de segmentos profissionais com as lutas sociais nos espaços sócio-ocupacionais⁹ se efetiva em concomitância à qualificação dos fundamentos teórico-metodológicos de *recorrência à teoria marxiana e à tradição marxista*, pela superação da remissão a manuais simplificadores do marxismo, eivados de influxos teóricos mecanicistas e economicistas. Recorrência que possibilitou o tratamento qualificado, pelo debate acadêmico, de diversificadas temáticas tais como a do Estado, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do significado social da profissão na divisão sociotécnica do trabalho (seus fundamentos e perspectivas metodológicas).

Nesta direção, efetiva-se a *consolidação acadêmica da profissão*, dada pela inserção da formação profissional no espaço universitário, já em ascensão em meados da década de 1960; criação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*; desenvolvimento da pesquisa e da produção acadêmica e a revisão curricular dos cursos de graduação (que se inicia em 1979 e que se consolida nos anos 1980), década que também se processa uma mudança radical na condução política das organizações da categoria (Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social - CFESS/CRESS), que foi fundamental, juntamente com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e com a organização estudantil - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – (ENESSO) para a consolidação, também no campo dos estatutos legais, de um novo projeto profissional.

São esses processos - apreendidos em suas determinações particulares e em uma síntese totalizante - *que constituíram a possibilidade de contestação do histórico conservadorismo profissional e que edificaram o constructo do que, a partir da década de 1990, nominamos de projeto ético-político do Serviço Social brasileiro* (Netto, 1991; Abramides, 2019).

Expostas as determinações sócio-históricas do processo de desenvolvimento do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, apresentaremos, a seguir, *dois enfoques analíticos* que compõem a proposta de investigação que apresentamos neste artigo: a *questão da dimensão ideo-política e das bases sociopolíticas e teórico-metodológicas que contribuíram para o desenvolvimento e consolidação do projeto ético-político profissional*. Tais eixos de análise constituem-se movimentos de *um mesmo processo* na medida em que integram a pesquisa internacional em rede intitulada “O Serviço Social na História: questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa

⁹ Processo que constituiu a determinação central para a realização do “Congresso da Virada”, em 1979 (Cf. Abramides; Cabral, 1995).

(1960-2020)”¹⁰. Mais especificamente, estes enfoques traduzidos em subprojetos de pesquisa, buscam evidenciar os traços das rupturas, questionamentos e movimentos contra-hegemônicos que permitiram a aproximação do Serviço Social com os interesses das classes subalternas, com os movimentos e as lutas sociais circunscritas ao âmbito das desigualdades e resistências sociais de classe, raça/etnia, gênero, geração, território e sexualidade, incidindo no trabalho, formação, organização da categoria e produção do conhecimento.

2- Bases sócio-políticas e teórico-metodológicas para a emergência e desenvolvimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro¹¹

Considerando a referida relação anteriormente analisada – qual seja, a do Serviço Social com as lutas de classe – cumpre salientar o seu suposto fundamental: a necessária vinculação da profissão com a história, assumindo como premissa “[...] os processos sociais em suas reconfigurações e em seu desenvolvimento – em suas *tendências*, o que requer investigação permanente que alimente a *correlata renovação constante da teoria, sempre aberta a novas questões* [...]” (Iamamoto; Santos, 2021, p. 30-31 – grifos no original). Assim, a construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro somente se dá pela efetivação mesma daquela vinculação, precisamente a partir do núcleo central da história: o da luta de classes (Marx; Engels, 2010), em contextualidades e conjunturas sócio-políticas particulares, cujas potencialidades políticas, no tempo e espaço antes assinalados, foram captadas por parcelas da categoria profissional rumo àquela construção. Se, por meio do diálogo efetivo de tais parcelas com os distintos processos sociais construídos e/ou protagonizados pela classe trabalhadora em diferentes conjunturas da sociedade brasileira, pelo menos desde os anos 1960, deu-se a largada para que fosse tecido o projeto profissional, deu-se também uma interlocução entre profissão e tradição marxista, donde, entre outros elementos, a dinamização “da elaboração teórica dos assistentes sociais” (Netto, 1989, p. 99). É, pois, justamente, no seio de tal elaboração, considerando as diferencialidades, as similitudes, as (in)congruências contidas na apropriação da *filosofia da práxis* pelo Serviço Social, que se situa a pesquisa em questão, valendo enfatizar que a noção dos fundamentos da profissão reside justamente na sua vinculação com o real, portanto, entre profissão e luta de classes, do que derivam (não imediatamente) as elaborações teóricas propiciadas pela interlocução entre o Serviço Social e a *filosofia da práxis*, o que requer a notação de componentes considerados cruciais para a manutenção, a dinâmica e o desenvolvimento de tal interlocução, conforme o fazemos adiante.

¹⁰ Novo projeto de pesquisa em rede que é uma continuidade, com novas propostas de análise, à pesquisa que anteriormente referimos, qual seja, “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”. Essa nova pesquisa em rede continua agregando pesquisadores de universidades de países da América Latina e Europa, com financiamento da Edital Universal CNPQ, com coordenação colegiada.

¹¹ Subprojeto conduzido por Ana Livia Adriano (ESS-UIFF); Amanda Guazzelli (UIFF-Campus).

Antes, porém, vale enfatizar dois eixos que ela assume, os quais, não sem razão, são alinhavados e processados justamente pela *filosofia da práxis*: o primeiro diz respeito às aproximações do Serviço Social com as lutas de classe e suas implicações e expressões nos fundamentos da profissão; o segundo reside, conseqüentemente, na questão social então concebida a partir da lei geral da acumulação capitalista, portanto, necessariamente imbricada ao trabalho e às configurações que assume no processo de produção e reprodução capitalista e às lutas de classe forjadas a partir de então, donde sua natureza política expressa por movimentos de rebeldia e resistência (Iamamoto, 1986) – processos a serem considerados em suas particularidades nacionais, o que, no caso brasileiro, supõe a apreensão tanto das formas de superexploração da força de trabalho imbricadas às formas de opressão, notadamente raciais e sexistas, quanto aos movimentos próprios de dominação de classe, então enraizados na democracia restrita (Fernandes, 1976), e, simultaneamente, aos movimentos de resistência e rebeldia forjados ante à dominação mencionada. Aqui, vale o registro de que, se ambos os eixos reafirmam a imbricação entre profissão e história, mais exatamente, entre profissão e questão social, e, portanto, às lutas de classe então inerentes à questão social, nos parece ser transversal a eles aquele processamento da *filosofia da práxis* no âmbito do Serviço Social. Tal processamento implica o/s modo/s com que a profissão pensa as relações sociais e a si própria; o direcionamento teórico e político im/explicito a esta direção associado às prospecções e posicionamentos éticos e políticos que caucionam as elaborações profissionais nas últimas décadas.

Nesse conjunto, tais acúmulos operam nomeadamente na confluência da ruptura com o pensamento conservador – em face do qual o projeto profissional se apresenta como síntese e expoente – e do vínculo orgânico entre o processamento histórico do Serviço Social e as aquisições, formas organizativas e estratégias de luta dos trabalhadores. As trilhas desse percurso aludem a um ineditismo teórico, político e ético no interior da profissão capaz de propiciar a compreensão coletiva do seu significado social (Iamamoto, 1986) e, por conseguinte, da sua relevância nas lutas de classe. A *filosofia da práxis* se processa, assim, como um dos condutos indispensáveis à compreensão do nexos orgânico entre profissão e história, ao mesmo tempo em que se revela como síntese político-prática dessa conexão e do processamento imanente à história das lutas de classe. Reveste-se, portanto, de uma dimensão política e, de modo indissociável, de uma dimensão teórica, em que a ética e a política emergem plenamente em sua natureza de desafio histórico concreto e aberto. Tais dimensões e movimentos validam a *filosofia da práxis* como necessidade e imperativo histórico, cuja objetividade se deslinda como *um espaço de disputa e em disputa*, ultrapassando as armadilhas de um reducionismo teórico e/ou de um “purismo” político e solidificando-se nas formas de vida e de luta dos trabalhadores e dos intelectuais organicamente vinculados às prospecções de sua classe, em que política e ética se conformam como mediações históricas concretas.

Uma das questões nodais do marxismo ou de qualquer filosofia que estabeleça uma relação materialista com a imanência, que aponte como radicalidade da história o homem enquanto

sujeito e artífice desta, localiza-se na apreensão dos elementos totalizantes que a compõem e lhe atribuem elementos de validação e legitimação históricas; logo, remete-se à questão da *tradutibilidade*, enquanto *síntese* de natureza histórica. Traduzir ideias e constructos teórico-conceituais de autores que apresentam como substrato a crítica radical aos processos societários barbarizantes e as formas de consciência desumanizadora é uma tarefa literária e histórica que ultrapassa as exigências linguísticas e “pressupõe um deslocamento cultural” (Bianchi, 2020, p. 20).

No que se refere à *filosofia da práxis*, a tradutibilidade adquire um valor predominantemente político e se processa tanto como princípio quanto como critério de ação/reflexão político-prática, tendo recebido especial importância no processo de ruptura com o conservadorismo forjado pelo Serviço Social. Sustenta-se, portanto, na compreensão do marxismo que não despreza a substância da humanidade: a *história*, em seus movimentos de afirmação e negação; e, também, no vínculo entre *teoria* e *história política*. Recorrendo a Gramsci, o marxismo é uma visão de mundo organizada, coerente e independente, cujo movimento de autossuficiência denota na legitimação e necessidade de diálogo com o real, com outras tendências teóricas e políticas e, conseqüentemente, na recusa à desqualificação das formas de pensamento divergentes e contraditórias, como o positivismo e o liberalismo. Segundo o comunista sardo, o pensamento de Marx representa *a síntese mais avançada da história da filosofia e, num mesmo processo, uma forma superior da filosofia apreender a história*, de modo que traduzir Marx é uma tarefa histórica; implica uma coerência de forma e conteúdo; uma unidade entre a tradução linguística do texto do autor (coerente com o seu ambiente intelectual, seus interlocutores), e as condições históricas e sociais que solicitam a vitalidade das ideias do autor. De modo mais específico, a questão da tradutibilidade na acepção gramsciana não está dissociada das lutas de classe, mas se associa profundamente às relações sociais (e suas contradições) e às exigências históricas que solicitam o diálogo crítico e radical com os fundamentos que legitimam, caucionam (e, de modo histórico, limitam) o marxismo enquanto “posição filosófica e movimento político” (Frosini, 2013). Logo, a passagem da “ciência para a ação” (Gramsci, 1977, p. 327 Q7, §33).

Tradutibilidade não é, portanto, uma atividade espontânea, descolada de intencionalidades ideopolíticas, bem como de bases sociopolíticas; ao contrário, assinala-se como ato histórico, coletivo (portanto, de classe), sustentado na leitura lúcida dos fundamentos que esta posição filosófica solicita, bem como das condições históricas que lhe reivindicam vitalidade política e cultural. Desse modo, pode-se inferir que a tradutibilidade é um dos condutos indispensáveis para compreendermos a vinculação entre Serviço Social e *filosofia da práxis*. Certamente essa vinculação não ocorre de modo espontaneísta ou automatizado e nem é considerada como algo finalizado, mas como um constructo coletivo determinado historicamente, um processo constante de exercício de interpretação do real e de afirmação do compromisso ético-político imanente à direção social desta filosofia. Para tanto, algumas mediações são indispensáveis – e se assinalam como indicativos analíticos futuros

nessa proposta de estudos –, quais sejam: os embates hegemônicos, a cultura (intelectuais, senso comum, o “popular”), as sistematizações teórico-políticas, os quem tem na vida cotidiana o espaço de realização da política. Num exercício de compreender a intersecção desses elementos na interlocução com a profissão não se deve prescindir, portanto, do debate sobre as conotações da particularidade da formação social brasileira¹² (é necessário desvelar os traços predatórios da colonização, a dependência, a superexploração da classe trabalhadora, a escravidão, o autoritarismo enquanto insígnias inerentes à dominação burguesa), das reflexões acerca das formas de vida e de luta dos subalternos (a compreensão da subalternidade enquanto uma condição histórica acirrada pelas contradições do capitalismo dependente e do caráter heterônomo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil requisita a busca pelas peculiaridades da sua conformação e, por conseguinte, uma pactuação com a defesa da história integral) e dos acúmulos profissionais (teóricos, políticos, éticos e interventivos) formulados na luta contra a barbárie e na afirmação da humanização da vida.

Como sabemos, na elaboração teórico-metodológica de 1982 – expressa em “Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” de Yamamoto e Carvalho (1986) – o significado social da profissão é arrancado do processo de produção e reprodução das relações sociais então estabelecidas pelas classes sociais fundamentais, tendo na exploração da força de trabalho, na propriedade privada dos meios de produção da vida e da divisão social do trabalho, os seus suportes fundamentais. Implica, portanto, no reconhecimento da produção mercantil tipicamente capitalista e nas formas nela assumidas pelo valor, cuja análise e desvendamento do seu significado e tensões apenas se efetivam por meio da análise mesma do processo capitalista de trabalho, como processo de valorização, desnudando também a gênese, o desenvolvimento e as consequências da alienação sob o capitalismo. Ao apanhar o processo de produção da riqueza social como processo coletivo realizado pela classe trabalhadora, apanha sua condicionalidade à sua própria apropriação privada, desvelados que são os fundamentos do processo de valorização e acumulação capitalista, desembocando na compreensão da produção de uma população sobrando às necessidades do capital como resultante inerente de sua sociedade. Daí o fenômeno da questão social, do componente político que lhe é imanente e que implica na configuração de conflitos e lutas de classe então capitalistas, cujo enfrentamento ganha expressões mais diversas, possuindo horizontes políticos também diversos.

Da densidade e depuração dessas análises salta o exame do caráter contraditório da profissão e sua natureza política (Yamamoto, 1986), parecendo-nos relevante salientar que a inscrição do Serviço Social nos processos institucionais que respondem às formas mais acabadas e

¹² Como assinala Fernandes (1976, p. 77-78), a economia capitalista subdesenvolvida engendra uma burguesia que é vítima de sua própria situação de classe. Ela possui poder para resguardar sua posição econômica e os privilégios dela decorrentes no cenário nacional. Mas é impotente noutras direções fundamentais, a tal ponto que induz e fomenta um crescimento econômico que a escraviza cada vez mais intensamente ao domínio dos núcleos hegemônicos externos.

empíricas das relações sociais entre as classes fundamentais somente tem seu significado e consequências desvendados porque remetido à uma apreensão da totalidade social. Noutras palavras: a apropriação do arcabouço da pesquisa marxiana contida na obra de 1982 somente poderia resultar na elaboração de uma concepção de profissão capaz de exprimir idealmente as raízes concretas e histórico-sociais nas quais se fincam o seu exercício efetivo, então implicado com/na totalidade social enfeixada nas relações sociais entre as classes, e, ao mesmo tempo, reconhecer as determinações de ordens diversas incidentes no universo do Serviço Social – econômicas, políticas, ético-morais, teórico-filosóficas, etc. Assim, é apenas da interlocução com o pensamento de Marx, dotado de uma ontologia do ser social, que se torna possível a apreensão mesma do próprio ser, tal como se objetiva em dadas condições histórico-sociais – das quais é produto e produtor –, e, portanto, a apreensão das determinações então constituintes do ser social. Aqui se situa a vinculação ontológica entre Serviço Social e história, considerando a riqueza categorial de que esta última – porque produto das ações humanas – é portadora.

Num belo texto, ao tratar da ética, Lukács (2007, p. 216 – grifos nossos) afirma que “o marxismo tem uma posição radicalmente nova precisamente acerca do que é primordial: em poucas palavras, primordial é o *desenvolvimento social* (mais precisamente, o desenvolvimento das forças produtivas) *que cria os homens a ele necessários*”. Impressiona a exatidão com que o filósofo situa o “desenvolvimento social” que tratará de produzir os homens que lhes serão necessários, ou seja, as objetivações, as ações, os comportamentos, os modos de ser e viver, pensar e explicar o próprio “desenvolvimento social” contempla determinações outras que, se não se desvinculam do desenvolvimento mesmo do trabalho, lhe ultrapassa, implicando numa complexificação, desigualdade e contraditoriedade (Lukács, 2013) imanentes ao processo de desenvolvimento do ser social.

Neste sentido, a localização do estatuto ontológico do pensamento de Marx e toda a pesquisa lukácsiana atestam que o homem, ao produzir-se a si próprio e ao seu mundo como um mundo puramente social (Lessa, 2002), constrói a história e suas tendências como “sínteses de ações humanas” e, conseqüentemente, como condição e resultado do processo de produção e reprodução social. Assim, se a história comparece como premissa crucial no diálogo estabelecido entre a profissão e a ontologia do ser social, é preciso extrair algumas decorrências dessa premissa, dentre elas: a) como forma que efetiva a realização do ser social no mundo capitalista, as relações sociais entre as classes sociais exigem ser apreendidas pelo reconhecimento de suas determinações, as quais, muito embora não possam prescindir da estrutura econômica na qual se assentam, não podem perder de vista que sua preservação (e transformação) requisitam objetivações de naturezas diversas, ou seja, o diálogo em questão apenas avança se se considerar a totalidade social; b) a noção do gênero humano como histórico-social própria do marxismo (Lukács, 2007), se tomada pelo Serviço Social pode nos orientar no enfrentamento das tarefas da apreensão concreta das relações sociais entre as classes, nas

quais encontram-se incluídas a apreensão dos conflitos estabelecidos entres elas e as formas de seu enfrentamento político, e aquelas formas mais acabadas e empíricas das relações sociais.

As reflexões acerca da *filosofia da práxis* e das potencialidades do desvendamento contínuo da vinculação ontológica entre profissão e história tiveram somente a intencionalidade de exprimir as conquistas teórico-políticas inerentes ao processo de renovação crítica do Serviço Social no país, considerado em suas especiais articulações com o movimento de reconceitualização latino-americano, mas também de registrar a necessidade de limites e a relevância do avanço na apreensão da incorporação do marxismo pelo Serviço Social como tarefa a ser enfrentada. Se, conforme buscamos evidenciar, essa pesquisa busca originalmente um estudo do debate dos fundamentos do Serviço Social na atualidade, seu desdobramento, via pesquisa bibliográfica sobre o Serviço Social elaborada sob o espírito da referida renovação crítica, pode contribuir para o desvelamento dos caminhos teórico-políticos percorridos pelo Serviço Social no processo de aproximação, desenvolvimento e amadurecimento da incorporação que realiza da *filosofia da práxis*.

Se, conforme buscamos salientar até aqui, a tradutibilidade constitui um dos canais fundamentais para a efetivação da vinculação entre o Serviço Social e a *filosofia da práxis*, portanto, como exercício teórico-político de natureza constante e coletiva, é preciso ressaltar que o diálogo que o Serviço Social estabelece com as lutas sociais, desvelando a concretude das condições histórico-sociais e as intencionalidades políticas da categoria profissional amalgamadas nos acúmulos históricos que constituem a natureza da dimensão ideo-política profissional.

Considerações Finais

Os dois eixos de análise da pesquisa apresentados inscrevem-se em *fronteiras políticas e teóricas* ao incidirem sobre práticas, propostas e experiências na formação e trabalho profissional - aqui tão somente tratados, considerando o caráter inconcluso dos subprojetos de pesquisa mencionados -, em que segmentos profissionais reafirmam no presente o projeto profissional a partir das contradições e da conflitividade de classe, alinhando-se às lutas, interesses e projetos societários das classes subalternas. É esta determinação sócio-histórica e prático-profissional presente nos processos de desenvolvimento do projeto ético-político do Serviço Social que constitui a particularidade a partir da qual se formam nossas propostas de investigação: a análise da natureza da dimensão ideo-política a partir das relações entre projetos societários/projetos profissionais, do processamento da luta de classes e das referencialidades teóricas e políticas extraídas deste movimento.

A reconstrução histórica de alguns marcos da aproximação do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais na sua história abre chaves investigativas, lançam luzes sobre estes processos e provocam o constante repensar do Serviço Social nas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas, organizativas e no trabalho de assistentes sociais no presente.

Referências

- Abramides, M. B. C.; Cabral, M. S. R. (1995). *O Novo Sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- Abramides, M. B. C. (2019). *Projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro: Ruptura com o Conservadorismo*. São Paulo: Cortez.
- Batistoni, M.r. (2021). Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). *A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2019). O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte (1960-1975): uma reconstrução histórica. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n.136, p.538-58, set-dez.
- Bianchi, A. (2008). *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda.
- Coordenação Colegiada. (2022). *O Serviço Social na História: (1960 – 2020)*. Sumário Executivo/ Documento de trabalho. Mimeo. Rio de Janeiro.
- Fernandes, F. (1976) *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2011). *Brasil: em compasso de espera (pequenos escritos políticos)*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ.
- _____. (1995). As contradições do capitalismo dependente. In. *Em busca do socialismo. Últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, p.123-144.
- Frosini, F. (2013) *Gramsci e la filosofia: saggio sui Quaderni del carcere*. Roma: Carocci.
- Gramsci, A. (2001). *Cadernos do Cárcere*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Iamamoto, M. V; Carvalho, R. (1986). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 5 ed. São Paulo: Cortez.
- Iamamoto, M. V.; Santos, C. M. *Introdução*. In. IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). *A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- Lessa, S. (2002). *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo.
- Lowy, M. (2006) *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo.

- Lukács, G. (2007). A responsabilidade social do filósofo. In: COUTINHO, C. N.; NETTO, J. P. (Orgs.). *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 203-224.
- _____. (2013) *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo.
- Mandel, E. (1985). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural.
- Marx, K.; Engles, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- Montaño, C. E. (1998). *A natureza do serviço social: um ensaio sobre a sua gênese, sua “especificidade” e sua reprodução*. São Paulo: Cortez.
- Netto, J. P. (1991). *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez.
- _____. (1999). *A construção do projeto éticopolítico contemporâneo*. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: EAD/ABEPSS/CFESS.
- _____. (1989). O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social & Sociedade*, Cortez, São Paulo, n. 30.
- _____. (2004). *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez,
- _____. (2005). O movimento de reconceitualização 40 anos depois. *Serviço Social & Sociedade*, Cortez, São Paulo, n° 84.
- _____. (2006). *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2009). III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. In CFESS (org): *30 anos do Congresso da Virada*. Brasília.
- _____. (2016). Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In. Silva, M. L. (Org.). *O Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e ruptura com o conservadorismo*. São Paulo, Cortez.
- Panez, A.; Marro, K.; Duriguetto, M. L. (et alii). (2017). Desalabrando histórias. O Serviço Social e as lutas sociais no Chile (1970-1973). *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 40.
- Panez, A., Moljo, C.; Silva, J. F. S (et alii). (2023). *Trabajo Social y Reconceptualización em Argentina: entre luchas sociales y rupturas teórico-metodológicas*. Juiz de Fora: Editora da UFJF.